

TESSITURAS NA IMPLANTAÇÃO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS / REGIONAL CATALÃO

TESSITURES IN THE IMPLANTATION OF THE LICENSEE IN EDUCATION OF THE FIELD IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS / REGIONAL CATALÃO

Wender Faleiro*
Magno Nunes Farias**

RESUMO: A Licenciatura em Educação do Campo é um avanço essencial para a consolidação de um projeto emancipatório para o desenvolvimento do campo. Assim, a Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, instituiu em 2013 essa licenciatura, presencial e em regime de alternância, tendo como princípio a formação de professores capazes de contribuir para a transformação social, e teve sua primeira turma no primeiro semestre de 2014. Logo esse estudo objetiva explorar a trajetória de implantação dessa licenciatura, através de um Estudo de Caso Educacional de caráter exploratório e descritivo. Nota-se uma pluralidade de perfis que constitui o grupo de universitários que ingressam nessa licenciatura, os quais trazem histórias de vida em torno do ingresso no Ensino Superior. Quanto aos docentes, onze ministram aulas no curso, e resultados indicam a carência na formação dos sujeitos que envolveram a Educação do Campo como ponto central, constatando que há falta de docente que dedicaram sua formação acadêmica para essa temática. A interdisciplinaridade é a consolidação de uma relação de reciprocidade entre as disciplinas, admita-se a incapacidade de se compreender os aspectos que envolvem o campo a partir de uma única óptica isolada, fazendo assim um movimento de diálogo e construção de pontes de encontro entre os diversos saberes. A Universidade vem se abrindo para dar acesso ao Ensino Superior à diversos outros sujeitos excluídos historicamente, dando possibilidade de as pessoas realizarem seus projetos de vida, mas além disso, cumprindo o seu dever como Estado, pois o acesso à educação é um direito de todos.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação de Professores; Universidade.

ABSTRACT: A degree in field education is an essential advance for the consolidation of an emancipatory project for the development of the field. Thus, the Federal University of Goiás, Catalan Regional, instituted in 2013 this course degree, face-to-face and under alternating, having as principle the training teacher which is capable of contributing to social change. The first class entered in the first half of 2014. Therefore, this study aims to explore the path of deployment of this degree, through an

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Coordenador da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. Pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo (NEPCampo) e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores (GEPEEC) da UFG.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão. Bolsista CAPES. Pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo (NEPCampo) e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores (GEPEEC) da UFG.

educational case study character exploratory and descriptive. It has noted a plurality of profiles that constitutes the group of students who has joined in this degree, which bring life stories around the university. As for teachers, eleven give classes in the course, and results indicate a lack of training in subjects that involved the Rural Education as the focal point, noting that there is lack of teacher who dedicated his academic background to this issue. The interdisciplinarity is the consolidation of a relationship of reciprocity between disciplines, admit to an inability to understand the aspects involved in the field from a single optical isolated, thus making a dialogue movement and building against bridges between diverse knowledge. The university currently has opening to give greater access many other excluded subject historically, giving possibility of people realize their big dreams, but additionally fulfilling his duty as a state because access to education is a right for all.

Keywords: Field education; Teacher training; University.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a discussão de políticas públicas que atendam à população do campo tem buscado sustentar propostas de uma Educação Básica do Campo condizentes com as demandas do campo, por meio de medidas que promovam o desenvolvimento social e garantam a valorização das populações do campo. Tais propostas ganharam espaço no cenário educacional nacional. Uma das ações que vem sendo discutida é a carência de uma formação do magistério fundamentada nos preceitos e na filosofia da vida no campo repercute há tempos, na ação de subjugar o campo à cidade, ao seu ritmo, à sua cultura, à sua educação.

Acreditamos que oportunizar estas discussões nas licenciaturas abrirá a perspectiva de uma reflexão sobre como construir uma escola e efetivar a formação por meio de diferentes práticas pedagógicas que valorize e consolide os valores do campo. Nesse diálogo realçamos as questões em torno das concepções e as práticas pedagógicas a serem trabalhadas, a forma como a escola se organiza e acolhe o aluno enquanto sujeito de direitos, a percepção e o reconhecimento dos valores do campo como constituintes da história da emancipação humana (ARROYO, 2004).

Assim “o sentido da expansão da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo não pode ser compreendido em separado dos intensos conflitos em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo na atualidade” (MOLINA, 2015, p.149). Entende-se que a Licenciatura, fruto do movimento social dos trabalhadores do campo, é aliada aos processos de

resistência para a existência dos camponeses, sendo necessário para formar professores que irão atuar nas escolas do campo. Nessa perspectiva, no mês de outubro de 2012, o Departamento de Educação do Regional Catalão, da Universidade Federal de Goiás, propôs a criação do curso de Licenciatura em Educação para o Campo em concorrência ao edital de seleção Nº 2/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012. A proposta foi aprovada pelo MEC/SECADI por meio da Portaria n. 72, de 21 de dezembro de 2012 da SECADI e publicado no DOU edição n. 249, de 27 de dezembro de 2012.

Assim, o curso de licenciatura em Educação do Campo foi instituído em 2013 com habilitação em Ciências da Natureza na modalidade presencial em regime de alternância (Tempo Universidade – Tempo Comunidade), tendo como eixo orientador a formação para a docência e a responsabilidade social. Logo, nesse texto apresentamos um relato da experiência em torno da constituição da licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Para tanto, partimos da releitura do projeto de criação, da percepção do contexto local marcado por tensões na definição da proposta e, por fim, na experiência de implantação do curso que, no segundo semestre de 2017, terá sua primeira turma concluinte. Logo, o relato traz algumas considerações acerca do modelo construído para o curso, a definição da habilitação em Ciências da Natureza; os passos percorridos para a constituição da primeira turma; perfil docente e dos discentes; os percalços políticos e burocráticos que dominaram o cenário acadêmico local; e as propostas de trabalhos interdisciplinares implantados.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa com caráter exploratório e descritivo, sendo conceituada como um Estudo de Caso Educacional que busca compreender uma ação educativa (SEVERINO, 2007), tendo como foco acompanhar a implementação e desenvolvimento ações interdisciplinares no curso de licenciatura em Educação do Campo na UFG-Catalão. Para este estudo utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas, observação participante nas turmas de alunos do curso e nas reuniões

pedagógicas da equipe docente, bem como análise de documentos e materiais produzidos pelos graduandos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Licenciatura em Educação do Campo: iniciando a preparação dos fios

O movimento em prol da Educação do Campo no Brasil, de acordo com seus preceitos de respeito as particularidades das populações do campo, começa a se mobilizar por volta da década de 80, quando acontece o processo de saída do período de regime militar. Nesse período ocorre vários movimentos instituintes de democratização dos espaços públicos, então se inicia um processo de lutas por direitos de populações marginalizadas e historicamente excluídos, e nesse espaço a luta pela Educação do Campo começa a construir suas primeiras movimentações efetivas para a consolidação de políticas educacionais que reconheçam e legitimem as necessidades e singularidades das populações campo (ARROYO, 2007; OLIVEIRA E CAMPOS, 2012).

Com a constituição de 1988, que rege a sociedade brasileira, se estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado, ou seja, todos devem ter acesso à escola, sendo que essa tem que oferecer dispositivos e práticas culturais, educacionais e científicas em prol da Universalidade, sempre respeitando as diversidades dos sujeitos, combatendo assim qualquer possível meio de exclusão, essencialmente quando se trata das questões das comunidades do campo (OLIVEIRA & CAMPOS, 2012). Com a legitimação do papel do Estado como agente que deve oferecer acesso à educação eficiente as diferentes camadas da população, os movimentos sociais para Educação do Campo se intensificam na década de 90, e começam a se mobilizar de maneira mais intensa para exigir uma educação que vá de encontro com o viver do campo. Tendo como principal objetivo a conquista de políticas públicas que reconheça as questões do campo, que deixe de importar modelos urbanocêntricos de ensino, modelos esses centrados nos saberes urbanos, produtivistas e fragmentados, que não interage com o saber do campo (FERNANDES, 2014).

Porém, somente na primeira década do século XXI que surgem políticas educacionais realmente efetivas para a educação dos sujeitos do campo, sendo assim, começa a ser introduzida na agenda educacional brasileira. Tendo em vista que a Educação do Campo surge com o objetivo de oferecer uma educação realmente transformadora dos contextos e sujeitos do campo, que não precisam mais se deslocar para grandes centros urbanos para ter a possibilidade de desenvolvimento educacional e social.

Deste modo se legitima a Educação do Campo que dialogue com especificidades do campo, e que aumente o potencial de desenvolvimento das comunidades do campo, de maneira transformadora e emancipadora, reconhecendo que naquele lugar existe cultura específica, e que em nenhum sentido pode ser desqualificada ou colocada como menos importante em relação aos aspectos urbanos (ARROYO, 2007; MUNARIM, 2011; BRASIL, 2014). Nesse sentido, é necessário a luta para a consolidação de uma educação que trate da cultura e das formas de viver, morar, trabalhar em consonância com o que se vive nesse território.

Assim, para se efetivar o acesso à educação do campo, é necessário que se tenha docentes capazes e empoderados para colocar em prática um fazer pedagógico que realmente esteja afinado com as questões que envolvam os sujeitos do campo. Sendo necessário então políticas que estimulem e tornem possíveis a formação de professores com o potencial de atuar no educar do campo de maneira transformadora. Tendo esse aspecto em vista, se consolidou a proposta de criação da Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

Para a consolidação da licenciatura o Governo Federal do Brasil, em 2012, lançou o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo, que apoia de forma financeira e técnica aos municípios, estado e Distrito Federal para implementação da Política Nacional de Educação do Campo. Um dos eixos dessa política é a Formação de Educadores, que veio ser implementada com a construção do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que prevê apoio estatal para a expansão das Licenciaturas em Educação do Campo, que tem como objetivo de promover o acesso à educação das populações do campo.

Essa licenciatura é voltada para sujeitos que vivem no campo, e que tem a vontade de atuar na educação da sua comunidade, ou para professores que já atuam nessas comunidades (BRASIL, 2014).

Como consequência da implementação das iniciativas do governo e diversas lutas sociais e políticas para expansão da educação superior do campo existem, atualmente no país, 42 cursos de graduação em Licenciatura em Educação do Campo. A maioria dos cursos se consolidaram no ano de 2012, período em que foi iniciada Chamada Pública para selecionar Instituições Federais de Educação Superior (IFES) para que desenvolvessem o curso de Licenciatura. Então, nesse ano foi aprovado a criação de dois cursos de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Goiás (UFG), um na Regional Catalão (RC) e outro na Regional Goiás (RG), sendo os únicos do estado de Goiás. Na Regional Catalão o curso foi instituído em 2013, com sua primeira turma no primeiro semestre de 2014.

Sabemos que a construção de qualquer novo curso envolve diversos atores e contextos e que vão além do simples ato de criação. Assim, a implementação da Licenciatura em Educação do Campo na Regional Catalão perpassa por diversos conflitos de poder e interesses, consequências da entrada de uma nova equipe de trabalho dentro da Universidade, que trazia novas ideias. Esses conflitos se deram muito pela falta de compreensão de alguns integrantes da Universidade, em relação da importância da implementação dessa modalidade de licenciatura para a emancipação e atendimento dos direitos dos sujeitos do campo. O marco constituinte da implantação dessa licenciatura foi o Projeto submetido ao edital PROCAMPO e, a proposta de formação de professores licenciados em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza foi justificada, por um lado, pela inexistência dessa habilitação em localidades do Estado de Goiás, próximas à IES e, por outro, pela indicação do edital em que o Ministério da Educação traçou como estratégia atender à formação preferencial de profissionais em áreas deficitárias.

Internamente, a constituição do Curso foi marcada por interesses paralelos, disputas por poder e pelas dificuldades de uma equipe recém-ingressa na Universidade. A lida com a burocracia acadêmica e as limitações

comuns da maioria dos órgãos públicos, como deficiência em infraestrutura, dificuldade no gerenciamento dos recursos e a morosidade dos processos. Ainda que presentes, a cada dia estão sendo superados, pois há grupos determinados e capacitados para o enfrentamento dessas dificuldades que vão surgindo, tornando o curso cada vez mais acessível e o estruturando para atender os objetivos do seu surgimento, que é atender as necessidades de vida de sujeitos do campo.

Licenciatura em Educação do Campo na UFG-RC: desatando alguns nós

Como qualquer nova experiência, a implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFG Regional Catalão não foi algo pacífico e consensual. De um lado porque foi proposto pelo Departamento de Educação (DE), com larga experiência na formação de professores, mas sem qualquer experiência prévia com o tema das Ciências da Natureza (CN) e da Educação do Campo. A habilitação escolhida para iniciar o curso foi uma das grandes divergências não só dentro do Departamento, mas dentro da própria RC. Isso porque outros departamentos que historicamente ofertam essa habilitação (Química, Física e Biologia) entendiam que essa era uma tarefa que cabia a eles e não ao DE. Este, por sua vez, argumentava que o edital foi aberto à livre concorrência e já que foi esse departamento que aprovou o projeto, curso lhe cabia, de fato e de direito.

Atrelado ao debate sobre a quem compete formar professores habilitados em Ciências da Natureza, emerge a questão das vagas para professores efetivos trazidas pelo curso, quinze no total. Nesse ponto, as divergências foram inúmeras, inclusive dentro do próprio Departamento de Educação. Cabe registrar que em um Regional do interior, apesar da sua longa existência, a carência por professores é uma situação crônica. O principal questionamento em torno das vagas de professores efetivos que o edital previa era no sentido de provocar a inconsistência da alocação dessas vagas num departamento voltado à formação de pedagogos. Neste ponto houve momentos de embates e discordâncias, professores defendendo que algumas vagas fossem cedidas aos departamentos das áreas tradicionais e outros

argumentando que as quinze vagas pertenciam ao Departamento de Educação e que nele deveriam permanecer.

Esses aspectos, relativos aos conflitos internos ao Departamento, buscando assimilar o lugar da Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, nos seus quadros político-educacionais, e aos conflitos externos ao Departamento, dentro da RC envolvendo muitas vezes profissionais com longo histórico de parceria na luta pela consolidação desta unidade da UFG, mostraram-se como os primeiros grandes nós a serem desatados.

Os debates e trocas de acusações cessaram com uma visita da reitoria à RC que pôs fim à polêmica e asseverou que, por direito, garantido com aprovação do edital MEC-SECADI, todas as quinze vagas eram do Departamento de Educação. Foi uma conquista e assim deveriam ser feitos. Contudo, restava ainda pensar, o perfil dos professores licenciados em Física, Química e Biologia para os concursos.

Paralelo às questões internas, tinha outro nó a ser desfeito, o de garantir que as informações sobre o curso chegassem aos sujeitos, público-alvo do curso, e que houvesse o preenchimento das 120 vagas, anuais, disponíveis. Além das dificuldades junto ao Centro de Seleção e a Procuradoria, que, de início, não compreendiam a necessidade de se criar um mecanismo especial de acesso ao curso, com inscrição gratuita, prova voltada às habilidades dos sujeitos do campo, bem como, a reserva prioritária de vagas. Assim, era necessário pensar estratégias de divulgação do curso em si e também de difusão dos ideais da educação do campo, uma vez que se tratava de uma temática desconhecida. Esse nó perdura até os dias de hoje, haja vista, a dificuldade organizacional, estrutural e de pessoal em fazer chegar aos povos do campo a presença e o processo seletivo dessa Licenciatura.

A seleção da primeira turma (2014) teve 200 inscritos dos quais 47 foram selecionados para o ingresso. A média de aluno por vaga tem sido superior a dos outros cursos de licenciatura. A Educação do Campo teve média de 3,33 aluno/vaga resultado superior a de outras licenciaturas da RC, conforme dados do Centro de Seleção, referentes ao Processo Seletivo 2013-1: Física (1,0), Química (2,08), Ciências Biológicas (2,0) e Pedagogia (2,75).

Embora não tenhamos conseguido cumprir a meta de 120 alunos no primeiro ano de implantação do curso consideramos que o resultado tem sido positivo, dado o desafio que foi apresentar à comunidade um curso que não só era desconhecido, mas que traz no seu cerne o estigma de uma população cujos valores e tradições tem sido cada vez mais desvalorizados por nossa sociedade.

Perfil discente da primeira turma: conhecendo os fios

Para conhecer os alunos ingressantes na primeira turma do Licenciatura em Educação do Campo, no primeiro semestre de 2014, realizou-se um entrevista semi-estruturada a fim de identificar quais são os sentimentos, angústias, anseios e expectativas no ingresso no Ensino Superior. Vinte e sete (27) alunos matriculados responderam ao questionário e, desses, 24 eram do sexo feminino, ou seja, 92%.

De acordo com Vianna (2001), o grande contingente de mulheres nas áreas de educação se dá pela reprodução de preconceitos que se desenvolvem em práticas sexistas por toda a estrutura social, principalmente no mundo do trabalho docente. Pois a feminilização do magistério está associada com a péssimas condições de trabalho e os baixos salários, assim como reprodução de estereótipos, que muito tem relação com os significados socialmente construídos sobre concepções de masculino e feminino, por exemplo, o ato de cuidar socialmente é atribuída a uma característica feminina, como cuidar de uma criança, além de características como dóceis, afetivas e relacionais. Assim as funções de cuidar, alimentar, educar ficam mais identificadas com o fazer feminino. Essas questões trabalhistas e sexistas explicam o motivo das carreiras de magistérios serem mais constituídas por mulheres, tendo em vista que são totalmente questionáveis e requerem desconstruções sociais e lutas por direitos de igualdade de gênero (ALVES; BORGES; FALEIRO, 2014).

A maioria (57%, n=15) dos alunos são moradores da sede do município ou da zona rural de Catalão - GO, mostrando assim que o curso está atingindo seu público alvo, que são os residentes do campo, para que assim eles

possam articular o saber formal e o saber vivenciado no campo. Os outros estudantes residem em municípios pequenos próximos a Catalão.

Sobre a idade dos alunos é interessante analisar que a grande maioria possui mais de 30 anos (73%=19). Esse fato chama atenção, tendo em vista que culturalmente há uma dificuldade de ver sujeitos com mais de 30 anos ingressarem em Universidade federais, isso aponta que existe um público que se interessou pela Educação do Campo de maneira particular, que estava à espera dessa oportunidade de ingresso para adquirir e desenvolver repertórios de conhecimento.

A renda familiar da maioria (96%) dos estudantes é inferior a quatro salários mínimos. Dos estudantes 69% (n=18) trabalham fora de casa, 23% (n=6) trabalham em casa e 8% (n=2) é aposentado. Isso se mostra como um problema para o acesso do estudante, por isso o curso oferecer uma ajuda de custo, para subsidiar a permanência na Universidade e prevenir possíveis evasões por essa causa. Pois, tanto o trabalho externo, quanto a ausência de renda pode contribuir para desistência, como observado nos relatos:

“A minha dificuldade é a questão financeira mesmo, não estou trabalhando e fica caro ficar indo e vindo, preciso ir em casa fazer almoço para meus filhos” (Estudante 01).

“O trabalho atrapalha um pouco, a condição financeira também, como trabalho fora quase não tenho horas disponíveis para me dedicar aos estudos” (Estudante 02).

As famílias dos alunos são compostas por dois a oito membros, estando a maioria entre duas a cinco pessoas (88%). A maioria dos alunos é casada e (n= 15) e moram com os seus cônjuges, evidenciando que já constituíram família, muitas das quais já com filhos criados. A maioria dos estudantes tem filhos (n=23), variando de dois a três filhos. Outro fato é que a maioria dos filhos tem mais de 10 anos de idade (n=14, 61%) que mostra que essas pessoas (especialmente as mulheres) dedicaram-se primeiro a criar os filhos para depois se voltarem para formação acadêmica (ALVES; BORGES; FALEIRO, 2014). Muitas delas relataram que o ingresso na licenciatura da Universidade era uma chance que não podiam perder, pois se tratava de um sonho. A estudante 03 relatou:

“Mudou totalmente a minha rotina, pois antes de começar o curso, simplesmente dedicava o meu tempo para casa, esposo e filhos. Hoje isso não acontece mais, pois meu tempo é dedicado aos estudos” (Estudante 03).

Esse relato reflete a oportunidade da Licenciatura na transformação da vida desses sujeitos, especialmente as mulheres, que a partir dessa oportunidade se colocaram como protagonistas da sua história, saindo do lugar domiciliar, e assumindo outros papéis sociais, dentro de um processo de empoderamento e de emancipação da mulher do campo. De acordo com Cinelli & Jahn (2011) apesar das mulheres camponesas viverem em uma sociedade moderna, muitas ainda não possuem acesso a uma vida digna, como o acesso à educação, pois vivem em uma sociedade com relações marcadas pelo poder e patriarcado. Logo, oportunidades como essa de acesso ao ensino superior, pode trazer novas concepções de identidades para essas mulheres, as qualificando e empoderando como mulheres capazes e com o poder transformador, saindo das contradições de relações na sua própria casa.

O grau de instrução dos pais dos estudantes mostra que a maioria estudou até o ensino fundamental incompleto (15 pais e 14 mães) e cinco mães (19%) e três pais (11%) não estudaram. Assim, esses sujeitos se observam como sujeitos com o dever de escrever uma nova história para orgulhar seus antepassados e incentivar as gerações futuras da sua família.

Um fato que chamou atenção foi nos relatos sobre o cotidiano na Universidade foram sobre dificuldade em acompanhar o curso, colocada como uma dificuldade de permanência apresentada por muitos alunos. Como podemos ver na fala do Estudante 04:

“O fato de estar fora da sala de aula há muito tempo, estou encontrando dificuldade de acompanhar a turma e ter feito o ensino médio por supletivo acho que é a maior dificuldade” (Estudante 04).

Dificuldade essas que realmente podem ter relação com o distanciamento com as instituições de ensino, mas também pode ser explicado pelo histórico escolar. A totalidade dos estudantes concluiu o Ensino Médio em escolas públicas, a maioria 65% (n=17) realizou no período diurno, em escolas

urbanas (81%, n= 21) e na modalidade normal de duração de três anos (73%, n=19); 19 % (n=5) concluíram o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 8% (n=2) em cursos supletivos. Essa questão tem que ser acolhida pelo curso, tendo que levar em consideração esse aspecto na sua estrutura.

Existe diversas questões que envolvem os estudantes, que necessitam se utilizadas para potencializar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, que é uma conquista para toda a populações do campo, que dificilmente teria acesso a Universidade Federal se não fosse a construção de curso de políticas alternativas, como o PROCAMPO. Agora o caminho é moldar, e se apoiar em falas como a do estudante 05, para motivar o enfrentamento dos problemas.

“Estar em um curso superior é uma realização de um sonho antigo, fazer parte de uma instituição de ensino superior é algo importante para minha vida, e para meus familiares. Meus filhos sentem orgulho por verem sua mãe, atuante e estudiosa, que esforça para obter uma vida melhor. Espero ajudar muitas pessoas ao longo da carreira como professora” (estudante 05).

Perfil docente: conhecendo outros fios

Para conhecer os docentes da Licenciatura em Educação do Campo da RC, realizou-se uma análise do Currículo Lattes de onze (11) docentes que atuavam no ano de 2015. As categorias analisadas nos Currículos foram: Formação Acadêmica/titulação, Formação complementar, Atuação Profissional, Projetos de Pesquisa/Extensão e Produções (artigos completos, livros e capítulos de livros).

A análise demonstrou que a maioria dos docentes possuem graduação na área de pedagogia (45,5%, n=5) outros em Ciências Biológicas, Letras (português, literatura, inglês), entre outros. A maioria (54,5%, n=6) possui mestrados em Educação, centrados em diversas áreas como, Políticas Educacionais, Aprendizagem, Currículos, Educação Especial/Inclusiva, entre outros. É importante ressaltar que nenhum desses tratou-se da temática específica da Educação do Campo no mestrado. A maior parte dos docentes possui Doutorado (81,8%, n=9). Dos doutores, seis (66,7%) possuem

Doutorado em Educação, nas áreas de Educação Inclusiva, Aprendizagem, Políticas, Juventude, Migração e Fracasso Universitário, se ausentando, mais uma vez, a temática de Educação do Campo.

Dez dos professores possuem Formação complementar, nas áreas de Pedagogia, como Educação Infantil, Práticas Pedagógicas, Educação Infantil e Inclusiva, nenhum com áreas relacionadas a Educação do Campo. Todos possuem experiência na docência universitária, e alguns na Educação Básica, porém não nas áreas de Educação do Campo, sendo a Licenciatura atual sua primeira experiência.

Antes de ingressar como docentes a grande maioria não tinha experiência em Projetos de Pesquisa/Extensão na área de Educação do Campo, as temáticas mais notadas eram relacionadas à Formação de Professores e Educação Especial/Inclusiva. Porém, com o ingresso como docente da Licenciatura as temáticas sobre Educação do Campo começam a ser estudadas e introduzidas nos projetos. As produções (Artigos Completos, Livros e Capítulos de Livros) sobre Educação do Campo, também avançaram depois do ingresso como docentes do curso. Esses dois pontos de Projetos e Produções foram onde se destacaram mais avanços, antes de ingressar os docentes não se envolviam com o tema, depois de 2014, quando começaram a ministrar aulas para a Licenciatura deram início também as extensões, pesquisas e produções sobre a temática.

Os resultados também indicam a carência na formação dos sujeitos que envolveram a Educação do Campo como ponto central, constatando que há falta de docente que dedicaram sua formação acadêmica para essa temática. O que é reflexo também da ausência dessa temática nas graduações e pós-graduações nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Porém, os dados indicam que os docentes começaram a se debruçar sobre o tema após iniciar seu trabalho de docente no curso, sendo um fator positivo para potencializar os objetivos do curso. Entretanto esses docentes estão em envolvimento com o tema ao mesmo tempo que estão implantando e trabalhando no mesmo, tornando a atuação mais desafiadora e mais propensa a falhas.

Estrutura e atividades desenvolvidas: dando cores e tons aos fios

A organização do currículo da Licenciatura em Educação do Campo prevê uma formação presencial em semestres, com alternância em Tempo Universidade e Tempo Comunidade, com base nos preceitos da pedagogia da alternância, com o intuito de fortalecer a ponte entre as construções acadêmica do estudante, e sua realidade social, para que ele possa a todo momento aplicar e pensar o saber acadêmico acoplado com suas vivências, seu cotidiano do campo. Além, dessa estratégia evitar que os estudantes que vivem no campo deixem de ter vínculo com sua comunidade, por causa da Universidade, pois não é necessário sair do seu contexto para ter acesso ao desenvolvimento educacional (BRASIL, 2014; COSTA, ALVES e FALEIRO, 2015).

O curso é composto por quatro áreas de conhecimento: Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura); Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências Agrárias. Para que o docente ali formado esteja com um conhecimento ampliado para atuar nas multiplicidades do campo, sem reproduzir lógica urbanas de ensino, centradas na pedagogia produtivista, pois o campo exige outras bases para o seu desenvolvimento, que dialoguem com a terra, agricultura familiar, brincadeiras do campo, lutas dos movimentos camponeses, objetivos de vida, sustentabilidade, ou seja, tudo que constitui a cultura camponesa (BRASIL, 2014).

Sendo assim, o curso é constituído por essa gama de áreas de conhecimentos que possuem a necessidade de se articularem de maneira interdisciplinar. Pois, os modelos de educacionais geralmente se moldam no modelo de produção capitalista, que tende a fragmentar e isolar as disciplinas, que acabam não dialogando entre si. Porém, a Educação do Campo, exige que não aja a fragmentação desses conhecimentos, pois as vidas desses sujeitos que habitam o campo não estão fragmentadas, e exigem a interação entre conhecimentos para se compreender como acontece sua vida e sua história, para assim poder formar docentes a partir da lógica da atuação interdisciplinar (CALDART, 2001)

A interdisciplinaridade é a consolidação de uma relação de reciprocidade entre as disciplinas, admita-se a incapacidade de se compreender os aspectos que envolvem o campo a partir de uma única ótica isolada, fazendo assim um movimento de diálogo e construção de pontes de encontro entre os diversos saberes. E, não só entre os saberes, mas entendendo que esses saberes também codependem da vida cotidiana do campo, ou seja, também é necessário que as disciplinas vão de encontro com as necessidades reais da população (COSTA, ALVES e FALEIRO, 2015). Além disso, a interdisciplinaridade questiona e tenciona os saberes fixos, possibilitando assim a construção mais crítica sobre determinados saberes, que se apoiam em outras concepções.

Com a implantação do curso, foram criadas diversas ações de Pesquisa e Extensão para favorecer o desenvolvimento do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que além de serem “porta” para o envolvimento dos alunos em projetos, contribuem para sua formação interdisciplinar. Alguns exemplos desses projetos são:

- *Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo – NEPCampo*: que desenvolve ações de pesquisa e extensão sobre Educação do Campo e Desenvolvimento social, econômico e cultural do Campo, tendo como contexto a Região Sudeste de Goiás. É um espaço para novos atores acadêmicos para pesquisar e desenvolver novas concepções que se relacionam com a educação do campo, de maneira interdisciplinar, questionando questões atuais da educação e de desenvolvimento territorial.

Algumas ações que envolvem o NEPCampo são projetos como: a criação vídeos para o ensino interdisciplinar na formação de professores, que constatou que o recurso em vídeos possibilita uma interação maior do docente com o objeto estudado, os sujeitos puderam se envolver mais com a atividade; pesquisa sobre os desafios e perspectiva a partir da experiência de implantação da licenciatura em Educação do Campo na UFG-RC, que conta um pouco sobre as questões que tencionaram e ainda tencionam a licenciatura; pesquisa sobre a interdisciplinaridade no curso de Educação do Campo, que se propôs a desenvolver uma análise sobre os conceitos que envolvem a interdisciplinaridade e os desafios da sua implementação; a para

finalizar, pesquisas que envolvem novas metodologias para gerar maior interdisciplinaridade, como uso de debates para o ensino interdisciplinar na formação de professores, que constatou que os debates a certas questões realmente são eficiente para desenvolver um aspecto mais reflexivo e crítico, ainda mais no contexto de contradições da docência e das particularidades da educação do campo.

- *Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores – GEPEEC*: esse grupo tem como objetivo desenvolver projetos na perspectiva dos desafios do ensino de Ciências da Natureza e da formação docente, e também engloba a Licenciatura em Educação do Campo como área de investigação.

Algumas ações que envolvem o GEPEEC e a Educação do Campo são projetos como: a investigação do perfil dos professores que atuam na licenciatura em educação do campo, questionando sobre os desafios de formação docente para essa área; o uso de adágios para o ensino de ciências da natureza na Licenciatura, tendo em vista a capacidade adágios (tipo de provérbio/ditado popular) como maneira de trabalhar interdisciplinarmente, e também como forma de integrar o conhecimento científico com os populares, tornando o ensino-aprendizagem da ciências da natureza mais próximos da realidade dos estudantes, pois possuem sentidos e significados; e por fim a implantação e o uso de Horta, Jardim e Pomar para o ensino interdisciplinar de Ciências da Natureza, que vem mostrando que a que os ambientes extra-classe é uma excelente estratégia para o ensino-aprendizagem, e na promoção da interdisciplinaridade.

- No Programa de Pós-Graduação em Educação, no ano de 2016, abriu uma nova linha de pesquisa intitulada 'Leitura, Educação e Ensino de Língua Materna e Ciências da Natureza' que se dedica, também à investigações voltadas para as práticas e políticas de leitura em contextos escolares e não escolares; ensino de língua materna, ciências da natureza e educação popular, relativas à educação básica e superior, às práticas pedagógicas, formação de professores. Dando uma maior visibilidade e abrindo novas frentes para a pesquisa na Educação Popular, consequentemente à Educação do campo.

Assim, esses são alguns exemplos de ações, dentre outras, que são desenvolvidas dentro da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, em prol de investigar diversas questões que podem favorecer a Licenciatura em Educação do Campo, tendo em vista que é sempre um desafio a implementação de um curso novo.

Os desafios na continuação da tessitura

Percebe-se que a licenciatura em Educação do Campo, habilitação em Ciências Naturais, teve que ‘desatar vários nós’ para conquistar seu espaço e compromisso perante a Regional Catalão. E, assim que as aulas se iniciaram, um novo ‘nó’ emergiu: o espaço físico para o funcionamento do curso. Que com a expansão da Regional os espaços físicos, conseqüentemente, ficaram cada vez mais escassos, e o seu mais novo curso de licenciatura Educação do Campo, além de lidar com essa falta de espaço, tanto de espaço para o funcionamento da parte administrativa quanto a de ensino, é visto como um “corpo estranho” dentro da Regional, diante dos acontecimentos os quais inviabilizaram o firmamento de parcerias com outros cursos afins, como as licenciaturas em Ciências Biológicas, Química e Física para empréstimo de laboratórios. E, o ‘nó’ tende a aumentar com o ingresso de novas turmas.

Os conflitos no Departamento e na própria Regional, em virtude das verbas disponibilizadas à implantação do curso, é outro ‘nó nórdico’ a ser desfeito, pois a verba chega e fica presa na UFG de Goiânia. Logo, o curso está desprovido e desamparado de laboratórios e materiais de consumo, o que utiliza é do Departamento de Educação que divide o pouco que tem. E, a maior dificuldade expressada pelos alunos é a de conciliar o trabalho com o tempo concentrado de estudos na Universidade. Os alunos recebem, semestralmente, um auxílio permanência no curso, esse recurso deve ser liberado pela UFG – Goiânia, pois, como já mencionado, os recursos ficaram retidos na reitoria, e tal processo demanda de tempo, o que causa muito desconforto e reclamação por parte dos estudantes que, na sua maioria residem nos distritos ou municípios vizinhos a Catalão, os quais contam com o auxílio para viabilizarem transporte e alimentação.

Por fim, apontamos como mais alguns 'nós' importantes a serem superados: a) garantir o envolvimento do corpo docente com o curso; b) familiarização com a temática da Educação do Campo; c) fortalecimento da proposta de trabalho baseado na alternância e na interdisciplinaridade; d) laboratórios de Ensino de Ciências da Natureza; e) recursos financeiros; f) Institucionalização do curso.

CONCLUSÕES

Diante de todas as constatações desse trabalho observamos que a Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Goiás – Regional Catalão, está em pleno processo de implementação, onde os principais atores (docentes e discentes) estão em progresso, com movimentos de mobilização para se empoderarem dos desafios da licenciatura. Os movimentos em prol da consolidação e das adequações para a licenciatura atingiram seus objetivos, tendo em vista diversos estudos que são realizados para tornar o curso cada vez mais interdisciplinar e com uma formação docente capaz de atuar de acordo com a lógica vigente, além de compreender quais são os perfis dos alunos que estão ingressando na graduação.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFG-RC está em pleno período embrionário, dando luz à diversas questões que devem ser trabalhadas para a sua melhor consolidação. Os docentes, apesar de não terem formações relacionadas à Educação do Campo, estão cada dia mais se debruçando e se empoderando da temática, os alunos estão vendo no curso uma grande oportunidade para o seu desenvolvimento pessoal e para o desenvolvimento dos seus iguais. Contudo, é necessário compromisso, mobilização e, de muita luta para desatar os 'nós' presentes e futuros na tessitura de uma Licenciatura em Educação do Campo pautada em seus princípios e propósitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.Z.; BORGES, B.G.; FALEIRO, W. **Perfil dos discentes da Educação do Campo na UFG Regional Catalão**. In: II Seminário Internacional de Educação do Campo. Santa Maria: UFMS, 2014. p. 1797-1811.

ARROYO, Miguel G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) DO CAMPO. **Cadernos Cedex**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar/Mônica Castagna Molina, org.** – Brasília: MDA, 2014.

CAMPOS, Camila Aparecida de. Procampo em Catalão: da Interdisciplinaridade que temos à que queremos. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 11, n. 20, 2015.

CALDART, Roseli S. Licenciatura em Educação do Campo e Processo Formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão (Org.). **Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 95-121.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fatima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**. n11, fevereiro, 2011.

COSTA, Elis Regina da; ALVES, Maria Zenaide e FALEIRO Wender. A Interdisciplinaridade No Curso De Educação Do Campo: O Caso da UFG Catalão. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.11, n.20, 2015.

FALEIRO Wender; BORGES, Bruno Gonçalves; ALVES Maria Zenaide. **Experiência de Implantação da Licenciatura em Educação do Campo na UFG Regional Catalão: desafios e perspectivas**. In: II Seminário Internacional de Educação do Campo. Santa Maria: UFMS, 2014. p. 1797-1811.

FERNANDES, Ivana Leila. A construção de políticas públicas de Educação do Campo através das lutas dos movimentos sociais. **Revista Lugares de Educação [RLE]**. Bananeiras/PB, v. 4, n. 8, p. 125-135, Jan./Jun. 2014.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MUNARIM, Antônio. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; Campo, Marília s. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2001. p.81-103.

